



PSD p.9

As "trapalhadas" do PS



PSD e o Governo p.16

Portugal sobe três lugares no índice europeu de saúde

Povo Livre



nº 1860

28 de Janeiro de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

PROSSEGUIR O CICLO DE REFORMAS



O Presidente do PSD esteve na abertura das V Jornadas "Consolidação, Crescimento e Coesão", em Lisboa

Resposta ao terrorismo exige cooperação de forças

A resposta de segurança à ameaça do terrorismo global requer “coordenação de meios e cooperação de forças”, de maneira a que se possa enfrentar um “inimigo imprevisível e clandestino”. Pedro Passos Coelho falava na cerimónia de tomada de posse de Adélio Neiva da Cruz como director do Serviço de Informações de Segurança (SIS), realizada nas instalações do SIS no forte da Ameixoeira, dia 21. “Temos por isso procurado reformular conceitos delimitadores das intervenções das Forças e Serviços de segurança, ao mesmo tempo que procuramos reforçar a cooperação internacional, já que a ameaça e a agressão ultrapassam fronteiras geográficas e as respostas terão que ser necessariamente em rede”, referiu o chefe do Governo, observando que a livre circulação e os grandes fluxos migratórios no espaço europeu exigem uma “intensa cooperação a todos os níveis”.

Tendo presente os recentes acontecimentos terroristas na França e na Bélgica, Passos Coelho entende ser “oportuno avançar com medidas preventivas concretas, evitando assim decisões reactivas face às acções terroristas”, sublinhando que neste processo conta, sobretudo, a “capacidade de detectar precocemente tais ameaças”, investindo assim na redução do risco e no trabalho fundamental desenvolvido pelos serviços de informação.

O Primeiro-Ministro referiu que o Governo tem procurado potenciar as capacidades de detecção e prevenção dos serviços de informações portuguesas, apesar dos constrangimentos financeiros, notando que o bom funcionamento das informações nacionais “dependerá, cada vez mais, de uma estrutura bem coordenada e de uma eficiente cooperação” entre os serviços existentes.

“A capacidade dos serviços de informação dependerá ainda de uma mudança de mentalidades, que aproxima a sociedade civil, que integra uma cultura de segurança, que desmistifica habituais tabus em torno da capacidade operacional e dos propósitos das informações”, acrescentou.

Passos Coelho lembrou ainda a “difícil missão” do SIS enquanto “único organismo incumbido da produção de informações destinadas a prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de actos” que possam alterar ou destruir o Estado de direito.

O Primeiro-Ministro realçou, também, o facto de ser esta a primeira vez, desde a fundação do SIS, que um quadro desse mesmo serviço - Neiva da Cruz - assume a “importante responsabilidade de o chefiar”.



Neiva da Cruz, que sucedeu a Horácio Pinto à frente do SIS, defendeu que os desafios à segurança interna dos Estados “só podem ser enfrentados olhando além-fronteiras” e através da cooperação nacional e internacional. Apontou os riscos e ameaças que dominam o “ambiente estratégico internacional”, designadamente o terrorismo de carácter “jihadista”, o crime organizado transnacional e a espionagem quer económica, quer clássica, factores que, disse, minam a autoridade do Estado e têm um “enorme impacto na segurança interna”.

O director do SIS reconheceu que as “exigências são enormes” num quadro agravado pelos recentes atentados em França e na Bélgica, mas admitiu que Portugal é um “país com um grau de ameaça terrorista relativamente baixo”, o que não invalida que tenha de existir toda a atenção à ameaça terrorista internacional. “Somos um país com um grau de ameaça terrorista relativamente

baixo, classificado de moderado, mas estamos activos na detecção da ameaça e na identificação dos seus agentes, sobretudo na ameaça terrorista internacional com os seus diversos palcos e agentes, geograficamente próximos de nós”, frisou.

A ideologia expansionista e a imprevisibilidade das acções terroristas, assim como a “brutalidade” dos seus actos e os “processos de radicalização”, foram outros aspectos abordados na intervenção do novo responsável máximo do SIS.

A cerimónia contou com a presença do secretário-geral dos Serviços de Informações da República Portuguesa (SIRP), Júlio Pereira, da secretária-geral do Sistema de Segurança Interna, Helena Fazenda, e do director nacional da Polícia Judiciária, Almeida Rodrigues.

Sessão de abertura das V Jornadas “Consolidação, Crescimento e Coesão”

Prosseguir o ciclo de reformas



“O caminho que percorremos está hoje a dar aos portugueses a confiança de que os anos que hão-de vir serão anos mais prósperos do que aqueles que deixámos para trás”. Foi assim que Pedro Passos Coelho, presidente do PSD e Primeiro-Ministro, procedeu à sessão de abertura das V Jornadas sobre a “Consolidação, o Crescimento e a Coesão”. Confiança foi a palavra central na intervenção do Primeiro-Ministro, porque a confiança é determinante face aos resultados obtidos na redução do desemprego, nas reformas implementadas, no financiamento das empresas, na recuperação de rendimento pelos portugueses. Pedro Passos Coelho destacou como imprescindível “uma regra de ouro para a sociedade”, que não pode mudar com as eleições: a despesa não pode crescer mais que o rendimento.

Também os salários não podem sobrepor-se à produtividade. São os países europeus que têm respeitado esta regra “aqueles que mais crescem e que mais convergem”, afirmou, recordando que o aumento do salário mínimo nacional em Outubro foi feito com os parceiros sociais e a pensar neste equilíbrio. “Precisamos de continuar a estimular a poupança”, porque uma sociedade que consegue poupar, consegue investir mais no futuro, acrescentou, dando o exemplo das PME portuguesas que têm hoje melhores condições de financiamento com taxas de juro mais baixas do que há um ano. “São empresas que hoje se financiam como há Estados que não conseguem financiar-se”.

Os portugueses devem ter confiança, mas é preciso não interromper o ciclo de reformas iniciado e garantir que a reforma do Estado prosseguirá nos próximos anos. É justamente a pensar no horizonte Portugal 2020 que Pedro Passos Coelho demonstra como o país terá “recursos que, pela primeira vez em décadas, estarão maioritariamente destinados à competitividade da nossa economia”. Uma área onde a actuação da Instituição Financeira de Desenvolvimento será utilizada para “melhorar o perfil de capital das nossas empresas”.

“Precisamos de seguir um caminho que mantenha o reforço das políticas sociais como condição de coesão nacional”, de combate às “assimetrias na distribuição do rendimento”, “às injustiças sociais”, “aos fenómenos de redistribuição da riqueza gerada”, reiterou o primeiro-ministro.



Transformação de Portugal “não foi um acaso”

“É aos portugueses que devemos a capacidade de sonhar hoje mais alto”, explicou Pedro Passos Coelho. Mas assim como o “choque terrível” que os portugueses viveram não aconteceu por acaso, “também não foi um acaso” a transformação do país, acrescentou o chefe do Governo. Antes, foi resultado de uma “estratégia determinada que visou, no essencial, apresentar para Portugal e para todos os portugueses bases sólidas para o crescimento e a criação de emprego no futuro”.

Para Pedro Passos Coelho, “não se combate uma crise apenas a responder com uma preocupação de curto prazo; não se sai de uma crise sem apostar em fundações sólidas e duradouras para o futuro.” E esta é uma mudança que exige “um Estado mais amigo dos investidores”

e “empresas mais empreendedoras”, “que não vivam das amizades políticas, das influências com o governo”.

Estado social “está fortalecido” e mais transparente

O Governo tem conseguido “acabar com o mito de que apenas certos sectores políticos” defendem o Estado social, considerando que este “está fortalecido” e funciona com mais transparência. “Temos conseguido acabar com o mito de que apenas certos sectores políticos conseguem dar expressão à preocupação com o Estado social, ele estava em ruptura há três anos e meio, está hoje fortalecido, com menos dívidas, seja na saúde, na área social, e ao mesmo tempo, com mais vitalidade, mais rigor e mais exigência do que existia”, afirmou Pedro Passos Coelho, numa clara alusão à esquerda política.

O chefe do Governo afirmou que isso se deveu “a uma progressiva mudança de mentalidades, quer no sector público, quer no privado” e deixou várias referências implícitas a anteriores governos do PS.

“Não usámos o poder do Estado para lançar anátemas sobre profissões, corporações e sobre os portugueses, conseguimos sempre distinguir os mais ambiciosos dos que foram conquistando privilégios ao longo dos anos, essa foi uma mudança sentida pela generalidade das pessoas”, disse.

No mesmo sentido, Passos referiu que hoje “há mais investimento sem subsidiopendência”, “procedimentos mais transparentes” no funcionamento do Estado e uma economia com empresas “mais produtivas” e que não vivem “da cumplicidade das amizades políticas” ou “das influências com o Governo”.

O presidente do PSD defendeu que é preciso “continuar a estimular a poupança” e que o novo Banco de Fomento (Instituição Financeira de Desenvolvimento) será importante para “melhorar o perfil de capital das empresas” e na utilização dos fundos europeus nos próximos sete anos.

Redução do défice e da dívida não será abandonada por haver eleições

O presidente do PSD afirmou que o Governo mudou o perfil estrutural da economia ao longo do mandato e garantiu que não abandonará os objectivos de redução do défice e de controlo da dívida em ano eleitoral. Numa intervenção centrada na defesa do rumo tomado pelo Governo, Passos Coelho defendeu que aqueles que têm responsabilidades “não podem ir mudando de opinião à medida que o tempo vai passando e que a opinião pública vai evoluindo nas suas percepções”.

“Os que actuam dessa maneira perdem toda a credibilidade, nós mantivemos sempre o nosso rumo, dissemos sempre que Portugal, para crescer, não pode ter um Estado tão endividado, um Estado demasiado endividado vai buscar demasiado dinheiro aos impostos. Por isso, fazemos tanta questão na redução do défice e no controlo da dívida e não abandonámos essa visão, não a estamos a suavizar, não estamos a dourar a pilula apenas porque nos aproximamos de um período eleitoral”, assegurou.



Manuel Rodrigues: Os sinais positivos

Foi “uma clara visão de futuro” que permitiu alcançar os resultados positivos que Manuel Rodrigues, secretário de Estado das Finanças, levou às jornadas do crescimento. Portugal passou “da bancarrota ao crescimento”. Mas continuar este caminho, e crescer em 2016 e 2017, dependem “da continuidade das políticas públicas deste Governo”, reiterou Manuel Rodrigues. O

secretário de Estado das Finanças resumiu alguns dos resultados positivos de mais de três anos deste Executivo: as exportações aumentaram, em volume, 35 por cento desde 2010; Portugal subiu dez posições no ranking das economias mais competitivas do mundo; as insolvências caíram mais de 25%, entre 2012 e 2014, enquanto a criação líquida de empresas quase triplicou durante o mesmo período; Portugal vai sair do procedimento por défices excessivos, como recordou Passos Coelho; com a subida do salário mínimo nacional e o aumento de mais de um milhão de pensões; com menos 208 mil portugueses sem trabalho, em relação a Janeiro de 2013; com a isenção de pagamento do IRS de mais de 120 mil famílias e a introdução do quociente familiar na reforma deste imposto; com a isenção de pagamento de taxas moderadoras para mais 1,4 milhões de utentes e a redução do tempo de espera para consultas e cirurgias; com o recuo da taxa de abandono escolar; e com a maior celeridade e proximidade da Justiça, através da redução de 125 mil processos pendentes.

Ainda assim, o responsável reconhece que “o caminho que temos de percorrer não termina aqui”. Por isso, e a pensar num futuro melhor, este governo quer Portugal a crescer mais de 2 por cento a partir de 2020, enquanto as exportações sobem para mais de 50 por cento do PIB e a economia portuguesa ganha um lugar entre as cinco mais competitivas da Europa.



Miguel Pinto Luz: “Lutaremos para ganhar as próximas eleições”

Coube a Miguel Pinto Luz a abertura da primeira sessão das jornadas, que se prolongam até 31 de Janeiro. O presidente da Comissão Política Distrital de Lisboa/Área Metropolitana reconheceu no Primeiro-Ministro um líder com “fortíssimo sentido de missão”, orientado pelos valores da responsabilidade e da honestidade. E acrescentou: “a grande mudança foi o abandono do discurso de que o Estado é que faz, o Estado é que paga, o Estado é que promove”.

“Lutaremos para ganhar as próximas eleições”, afirmou o líder da distrital, “não por ânsia de poder, mas por obrigação moral e cívica”.

Agostinho Branquinho em Faro: “Não queremos ganhar eleições para perder o país”



O secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social considerou que “voltar atrás nas políticas reformistas que o Governo iniciou em 2011 representaria um verdadeiro desastre para a sociedade portuguesa nos próximos anos”.

O membro do Governo aproveitou a ocasião para traçar o percurso, as medidas e os resultados obtidos desde 2011. A situação de pré-bancarrota herdada do Governo do Partido Socialista foi caracterizada por Agostinho Branquinho como “uma das mais difíceis da história da democracia portuguesa”. Para a combater, o membro do Executivo relembrou todas as medidas difíceis que houve que tomar mas que eram as únicas que, de uma forma responsável, poderiam combater as origens da crise, resolver uma década de estagnação e devolver a confiança à sociedade portuguesa. Ainda assim, relembrou, o “Presidente do PSD e Primeiro-Ministro sempre considerou como ponto de honra a existência de um Plano de Emergência Social que salvaguardasse as famílias de menores rendimentos”.

A finalizar, Agostinho Branquinho garantiu que o conjunto de reformas estruturais em curso vai continuar independentemente dos ciclos eleitorais que se avizinhavam. “Não queremos ganhar eleições para perder o país”, sublinhou.

Teresa Leal Coelho: “Não há retrocesso possível”

Teresa Leal Coelho, vice-presidente da Comissão Política Nacional do PSD, destacou na sua intervenção, em Faro, dia 22, que o partido deverá defender a impossibilidade de qualquer Governo poder contribuir para o aumento do défice da forma como tem acontecido na história da democracia em Portugal. Aliás, a responsável social-democrata relembrou “a despesa não contabilizada e ocultada”, verificada e herdada em 2011 quando o actual Governo tomou posse. “Foi por essa razão que o Primeiro-Ministro foi obrigado a dizer que Portugal teria de ir além da troika. Estranhamente, os autores desse défice oculto parecem já ter esquecido esta circunstância”.

A vice-presidente relembrou ainda que as intervenções do FMI em Portugal foram consequência das políticas despesistas do PS e que, como dizia Francisco Sá Carneiro, coube sempre ao PSD recuperar as situações catastróficas herdadas, a dirigente social-democrata foi peremptória em defender que “não há retrocesso possível” nas actuais políticas reformistas.

Luís Gomes, Presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Faro, iniciou os trabalhos destas Jornadas com o elogio ao trabalho social do Governo, mesmo e em período de grande dificuldade financeira e em circunstâncias muito difíceis, como no caso do mercado social de arrendamento.



Paulo Macedo em Castelo Branco: “O Serviço Nacional de Saúde estava em risco de falência em 2011”

O ministro da Saúde, Paulo Macedo, analisou a trajectória do sector da Saúde nos últimos três anos. Segundo Paulo Macedo, presente na sessão da distrital de Castelo Branco das V Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão - “Um Caminho para o Crescimento e o



Emprego”, o Serviço Nacional de Saúde encontrava-se “em risco de falência em 2011”. Para Paulo Macedo, 50 por cento dos hospitais estava à beira da falência técnica e enfrentava sérios riscos de corte no fornecimento de material essencial à sua actividade. O ministro ilustrou desta forma o ponto de partida do actual Governo no sector, fruto da política do anterior Governo socialista e que estava a provocar a asfixia da Saúde. “Se não tivéssemos equilibrado as contas, o SNS perderia o seu carácter universal e gratuito, bem como a possibilidade de efectuar novos investimentos”. Contas que foram equilibradas graças aos impostos dos portugueses e não devido às taxas moderadoras que, revelou, não chegam a 2 por cento do total das receitas do sector hospitalar.

Admitindo que há ainda muito por fazer no sector, Paulo Macedo não perdeu a oportunidade para relembrar os 3.000 milhões de euros extraordinários com que o Governo teve de dotar a Saúde, para além do orçamento corrente. Dinheiro que se destinou “a pagar dívidas em vez de, como seria desejável, ter sido investido em mais cuidados continuados para os utentes”. Curiosamente, notou, são os mesmos que puseram o sector nesta situação que agora se apressam a criticar a falta de investimento.

Por fim, Paulo Macedo recordou que os cortes na Saúde não foram cegos, ao contrário do que muitos agora apregoam. “Cortámos com as fraudes, com o preço dos medicamentos e de dispositivos. Quanto às remunerações dos profissionais, o nosso objectivo é proceder à reposição de rendimentos”. Até porque, conforme afirmou, “não tenho nenhuma dúvida que os profissionais da Saúde são dos melhores e mais eficientes em Portugal”.



Luís Álvaro Campos Ferreira em Évora: “O Governo salvou o Estado de bem-estar com as reformas que implementou com coragem”

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação começou a sua intervenção nas jornadas sobre Consolidação, Crescimento e Coesão – Um Caminho para o Crescimento e o Emprego, em Évora, utilizando um tom de certa forma intimista, mas sem nunca perder de vista o essencial: a explicação das políticas que foram adoptadas pela Maioria para a resolução dos problemas concretos das Portugueses. “É disso que se trata: falar-

mos das nossas vidas”, antecipou Luís Álvaro Campos Ferreira, acrescentando que “estas jornadas têm essa virtude: dizermos qual foi a casa de partida, quais foram as medidas que tivemos de tomar e também assumirmos os seus resultados. Não são jornadas de acusação. São jornadas que pretendem ser construtivas”.

Luís Álvaro Campos Ferreira recordou então a casa de partida, ou seja, a iminência da bancarota deixada pelo Partido Socialista: “Foi uma crise sem precedentes na nossa história democrática: estagnação económica, o quarto maior crescimento da dívida pública no mundo, uma dívida externa líquida que triplicou e triplicou também o desemprego. Foi este o País que nos deixaram, foi este o País que herdámos”, lamentou.

O sentido concreto da social-democracia

Acertadas as contas com o passado, o governante focou-se no essencial: assumiu as dificuldades decorrentes do processo de ajustamento, explicou os resultados positivos das políticas da Maioria e apresentou exemplos concretos. “Conseguimos hoje migrar os conhecimentos dos jovens das universidades para os sectores tradicionais de produção e somos agora um País com uma enorme capacidade exportadora. Estamos a competir com os melhores do mundo em vários sectores. Não é um fogaço: a nossa economia mudou mesmo de paradigma”, elogiou o governante.

Campos Ferreira acrescentou de imediato que “a economia não é um mapa de excel, a economia é confiança, a economia é capacidade de acreditar, a economia é derrubar barreiras todos os dias. O investimento está agora a crescer acima dos 3% e isso significa que há mais confiança e que os investidores acreditam mais em Portugal”. Nesse sentido, continuou, “temos de ter paciência, os problemas não se resolvem com uma varinha mágica, mas os sinais positivos dão-nos esperança”.

Antes de terminar a sua intervenção orientado por uma mensagem de esperança, Luís Álvaro Campos Ferreira fez questão de reafirmar a genética Social-Democrata do PSD como um factor decisivo: “O Governo salvou o Estado de bem-estar com as reformas que implementou com coragem porque é um Governo social-democrata, liderado por um Partido Social Democrata”, exaltou o governante.

Por fim, Campos Ferreira deixou uma mensagem concreta de esperança: “Os juros da dívida são o maior Ministério e não é por serem elevados: é por a dívida ser demasiado grande, mas estamos a trabalhar todos os dias para que 2018 seja o primeiro ano com défice zero”, concluiu.

Castro Almeida em Portalegre: “2015 será o melhor ano de sempre na execução de fundos europeus”

“2015 será o melhor ano de sempre na execução de fundos europeus em Portugal.” O secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Manuel Castro Almeida, afirmou, na passada sexta-feira, que Portugal terá este ano a melhor execução dos fundos estruturais e que o



dinheiro chegará à economia em Junho. O social-democrata falou sobre a estratégia de aplicação dos fundos europeus, garantindo que o processo será simplificado, desburocratizado e transparente, tendo como prioridade o aumento da competitividade da economia: “A principal utilização dos fundos europeus deve ser para auxiliar quem quiser tornar as suas empresas mais competitivas.”

O aumento da competitividade permite que as empresas “facturem mais, criem mais postos de trabalho e paguem melhores salários.”, sendo que “usar os 25 milhões de euros dos fundos estruturais para salvar empresas da falência ou

fazer obras públicas seria um erro trágico.” Este dinheiro deve ser usado para transformar a economia do nosso país.” Manuel Castro Almeida referiu também que o aspecto social também não será esquecido, pois “não podemos deixar para trás quem está fora do campeonato da competitividade”, tendo em atenção a inclusão social e os mais desfavorecidos, “porque o país necessita de coesão e ser unido.”

Portugal no caminho do equilíbrio orçamental

Caracterizando o estado do país, referiu que “temos razões para termos esperança”, já que Portugal caminha para o equilíbrio orçamental e “em 2015 teremos o défice mais baixo da nossa democracia”. Não esqueceu o Partido Socialista, lembrando que o mesmo partido que levou o país a uma situação de emergência absoluta quer voltar a governar o país e que “única diferença entre o PS que levou o país à bancarota e PS actual é o número um”.

Sobre as próximas eleições legislativas, mostrou-



-se confiante, afirmando que o PSD tem disputar as eleições para ganhar e que “o país não pode deitar a perder todos os sacrifícios que os portugueses fizeram nos últimos anos”.

Falou também Fernando Jorge, da Comissão Política Nacional do PSD, que referiu que António Costa “apresentou uma agenda sem uma única ideia” e que o PS que “não aprendeu com os erros da sua última governação e, por isso, representa uma ameaça ao país.”

A abertura da sessão ficou a cargo de Armando Varela, da Comissão Política Distrital local, que apontou para as próximas eleições legislativas, referindo que “o futuro depende de cada um de nós querer esclarecer-se do porquê das mudanças e dos sacrifícios.”

Miguel Piores Maduro: “As medidas do BCE não se destinam a substituir as reformas estruturais do Estado”

O ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Piores Maduro, reiterou que os fundos libertados pelo BCE têm como objectivo complementar as reformas que foram feitas por alguns países, tendo como destino o “financiamento da economia e não financiamento do Estado”. Reforçou a ideia de que o país não pode voltar “ao caminho da irresponsabilidade”, criticando o Partido Socialista por não compreender Europa nem a real natureza dos problemas do país: “O PS pensa que o problema de Portugal é a Europa, mas ignora que só temos apoio porque fizemos a nossa parte.” Lembrou

que quando este Governo chegou ao poder, tínhamos o défice mais alto da nossa história democrática e que agora temos o mais baixo, sendo que Portugal vai pela primeira vez cumprir com as regras do euro e não terá um défice excessivo.

Explicando as reformas estruturais e o “espírito reformista” do Governo, afirmou que Portugal está a conseguir um “retorno responsável dos rendimentos”, com base “modelo económico diferente do passado”, onde o reforço da competitividade económica desempenha um papel incontornável.

Referiu-se também aos fundos europeus: “Portugal 2020 servirá como instrumento fundamental para a transformação do Estado e da economia”, permitindo que tenhamos um modelo económico diferente e sustentável, assente na internacionalização e competitividade das empresas. Serão “8 mil milhões de euros de apoio às empresas”, e 4 mil milhões entrarão na economia já no próximo ano. O social-democrata lembrou que “Portugal tem a melhor taxa de execução do anterior quadro comunitário”.

O ministro falou que os fundos também se devem destinar a “construir um país que dê oportunidades às pessoas em função do mérito individual de cada cidadão e não do local ou classe onde nasceram”. Neste sentido, Portugal terá pela primeira vez um programa destinado à inclusão social, uma área que vê “as suas verbas triplicarem”.

No que respeita à aplicação dos fundos, afirmou que “a transparência é fundamental e é algo que queremos garantir”, salientando que o financiamento dos fundos foi reorganizado de forma a permitir que os processos de candidatura sejam mais simples e menos burocráticos, que os financiamentos sejam feitos em função dos “projectos que terão maior retorno para a competitividade do país” e que os cidadãos tenham a possibilidade de consultar que projectos foram financiados e que resultados foram obtidos.

Referindo-se às próximas eleições legislativas, afirmou que a escolha que os portugueses enfrentam divide-se entre dois modelos económicos distintos. O primeiro, em alusão ao Partido Socialista, um modelo de endividamento e insustentabilidade, que leva a resgates financeiros e inevitáveis sacrifícios; o segundo, referindo-se ao actual Governo, um modelo de crescimento sustentável, com uma economia competitiva internacionalmente e com um Estado que garante as mesmas oportunidades para todos.

Falou ainda Fernando Costa (Presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Leiria), Pedro Reis (Membro da Comissão Política Nacional do PSD) e o deputado Feliciano Barreiras Duarte.



Emídio Guerreiro em Viana do Castelo: “Em Janeiro de 2015, existem menos 208 mil desempregados do que em Janeiro de 2013”

Foram as políticas reformistas do Governo que permitiram a Portugal ter hoje uma taxa de desemprego a cair e a criação de emprego a crescer de forma sustentada. Na sessão das jornadas social-democratas Consolidação, Crescimento e Coesão – Um Caminho para o Crescimento e o Emprego, em Viana do Castelo, o secretário de Estado do Desporto e da Juventude levou ao Alto Minho os resultados concretos das preocupações sociais do actual Governo. “É resultado destas acções que o desemprego caiu de forma continuada; que as políticas activas de emprego já abrangem mais de 200 mil jovens”, apontou Emídio Guerreiro.

O secretário de Estado afastou as críticas que considera habituais, negando que a emigração explique a quebra do desemprego. “Em Janeiro de 2013, existiam 4,3 milhões de portugueses com trabalho. Hoje, existem 4,5 milhões de portugueses com trabalho”, justificou. “A recuperação de mais de 210 mil postos de trabalho”, acrescentou, resulta “da resposta positiva que a economia portuguesa foi dando”, de uma “recuperação económica sustentada que começa a dar os primeiros sinais”.

Sobre as críticas à política de estágios, Emídio Guerreiro revelou que “mais de dois terços dos jovens” estagiários ficam nas empresas. O responsável referiu ainda que o programa Impulso Jovem não só deu resposta a mais de 100 jovens desempregados, desde 2012, como “despoletou na Europa um debate sério sobre a necessidade de ter um programa dirigido aos jovens europeus”.

Com mais investimentos nos apoios sociais que o go-

verno socialista, em 2010, foi este Executivo que “salvou o Estado social”, evitando a bancarrota.

“Um trabalho brutal na redução da despesa”

Portugal terá, pela primeira vez, “um défice que cumpre o compromisso internacional”. Emídio Guerreiro destaca “um trabalho brutal na redução da despesa”. Referindo-se à despesa primária, aponta “um corte sem paralelo na nossa história”.

Aos números da execução orçamental, acrescentou a descida da taxa de abandono escolar e – comentando a proposta do secretário-geral do PS – reiterou que 1,4 milhões de portugueses já deixaram de pagar taxa moderadora. Também na saúde, refere o recuo nos preços dos medicamentos, destacando na Justiça o fim de 120 mil processos pendentes desde a governação socialista.

Esse período foi recordado por Carlos Morais, presidente da Comissão Política Distrital de Viana do Castelo, e por Miguel Santos, director do “Povo Livre.” Forçado



a pedir assistência financeira, e à beira da bancarrota, “Portugal era um país falido”, lembra Carlos Morais. Hoje, os portugueses estão a recuperar os seus rendimentos e é a eles que Miguel Santos deixa um convite: “Comparem os recibos de pensões de quando o PS estava no governo e os deste mês de Janeiro; vejam a preocupação que houve de proteger aqueles que tinham mais dificuldades, aqueles que eram mais desfavorecidos”.

Miguel Santos destacou ainda a evolução da situação dos Estaleiros de Viana e o contributo da concelhia da distrital para a mesma. “É um exemplo daquilo que o anterior governo não fez; quando unimos esforços conseguimos alcançar os nossos intuítos”.

PSD felicita o povo grego pela forma como decorreram as eleições

O Partido Social Democrata espera que as eleições gregas, de dia 25 de Janeiro, “sejam mais um passo positivo no longo e difícil caminho já percorrido pelos Gregos e pelas suas instituições, visando a estabilidade financeira e a prosperidade económica e social.” Numa nota enviada à imprensa, o PSD destaca que o “projecto comum que nos liga nesta casa europeia de que ambos fazemos parte lembra-nos o quão interligados e dependentes nos encontramos uns dos outros e reforça o sentido de cooperação e de respeito pelas instituições nacionais que nos deve guiar.” “O nosso compromisso, em particular no seio da zona euro, é procurar continuamente concretizar, em conjunto, uma política restauradora da confiança interna e internacional que vá ao encontro dos anseios dos nossos cidadãos sem pôr em causa os alicerces e as regras da nossa casa comum. Fazemos votos para que este caminho comum continue a ser um projecto partilhado cheio de futuro”, lê-se ainda no comunicado.

Num comentário breve ao resultado eleitoral, o Primeiro-Ministro sustentou que Portugal está numa situação diferente da Grécia porque não seguiu os conselhos do PS, que acusou de ter uma estratégia semelhante à do Bloco de Esquerda. “Nós, felizmente, não estamos na situação da Grécia - que está num segundo programa, se calhar a precisar de um terceiro, não sabemos como, ainda com dificuldades várias. E se não estamos nessa situação, deveu-se ao facto de não termos seguido os conselhos do PS até hoje”, declarou Passos Coelho aos jornalistas, na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa.

Passos Coelho lembra que, “até hoje, a estratégia que o PS tem reivindicado para Portugal, infelizmente, é uma estratégia muito semelhante à do Bloco de Esquerda”, acrescentando: “É a de não cumprir as metas nem os objectivos que estavam traçados, suscitar como todos se recordam a renegociação do programa que nós já fechámos, que já terminámos”.



Pedro Passos Coelho em visita à Feira do Fumeiro e do Presunto do Barroso

Decisão do BCE de comprar dívida é bem-vinda



A decisão do Banco Central Europeu (BCE) de comprar dívida pública é uma opção bem-vinda. O Primeiro-Ministro espera que ela “seja tão eficaz quanto se deseja”. “Este financiamento do BCE não é para os Governos nem para os Estados, é para os bancos e para a economia e portanto o BCE, ao contrário do que algumas pessoas defendiam, não alterou o seu mandato, os seus estatutos, o seu objectivo que é de política monetária e não está a financiar os Estados, está a financiar os bancos e a economia”, afirmou o chefe de Governo.

Confrontado com as acusações o líder do PS, António Costa, que considerou que a decisão do BCE constitui uma pesada derrota política e doutrinária para o primeiro-ministro, Passos Coelho frisou que, da sua parte, “nunca houve contradições”. “Aproveitei para rever as declarações que tenho feito sobre esta matéria e elas são particularmente coerentes”, frisou. Em reacção às críticas dos socialistas, o chefe do Governo considerou que “deve haver uma grande confusão”. “Nunca me manifestei contra o programa do BCE, antes pelo contrário. Esta era uma intervenção aguardada que está a ocorrer dentro daquilo que é o estatuto e o mandato do BCE. Esta é uma intervenção que se aguardava na medida em que a Europa em geral, mas sobretudo o Euro, está a correr riscos de deflação”, salientou.

“Nós estamos a chegar a um período de deflação e isso não nos interessa, o BCE que é a quem compete dirigir a política monetária vai intervir no mercado justamente para evitar que uma situação de deflação se mantenha”, sublinhou.

O Primeiro-Ministro afirmou ainda que “o objectivo da intervenção do BCE não é expandir a capacidade dos orçamentos dos Governos”. “Se estivéssemos a confundir esta acção com uma acção de financiamento dos Governos o que acontecia é que teríamos a confiança na zona euro minada e o objectivo que se pretendia atingir seria colocado em causa”, salientou.

Passos Coelho refeou que hoje se está perante um “desafio muito grande” porque a economia tem estado “quase estagnada” ao nível da zona Euro.

O Banco Central Europeu anunciou na quinta-feira, dia 22, que vai comprar mensalmente 60 mil milhões



de euros de dívida pública e privada até Setembro de 2016, num total de 1,14 biliões de euros.

Governo está tranquilo com execução orçamental
À margem de uma visita à Feira do Fumeiro de Montalegre, distrito de Vila Real, sexta-feira, o chefe do Governo afirmou estar de consciência tranquila em relação à execução orçamental, porque o Governo “fez tudo o que era necessário”. Passos Coelho referiu que “os indicadores apontam para que o objectivo do défice tenha sido alcançado e para que Portugal tenha honrado as metas a que se tinha comprometido”, o que considerou ser muito importante para os portugueses”.

Sobre a Portugal Telecom, Passos Coelho espera que a PT “possa finalmente ter condições para reencontrar um caminho de estabilidade accionista e de gestão para poder continuar a prestar bons serviços à economia portuguesa”.

Descentralização deve prosseguir

O processo de descentralização deve prosseguir em Portugal, independentemente do debate sobre a regionalização. “Quer se defendam regiões com órgãos eleitos directamente ou, como nós temos defendido no Governo, um reforço das atribuições e competências dos municípios e das comunidade intermunicipais, nós precisamos de ter um Estado menos centralizador e mais competências à disposição de quem possa decidir mais próximo dos problemas”, salientou o chefe do Governo.

O Primeiro-Ministro ouviu o presidente da Câmara local, o socialista Orlando Alves, a defender que a regionalização “continua a fazer sentido”, considerando ser a forma mais eficaz de resolver os problemas das regiões. Pedro Passos Coelho lembrou que a regionalização foi alvo de um debate intenso no final dos anos 1990 e defendeu que, independentemente da regionalização, a descentralização deve prosseguir em Portugal.

Miguel Albuquerque defende “regime idêntico” ao açoriano nas passagens aéreas para os residentes na Madeira

O líder do PSD/Madeira, Miguel Albuquerque, reiterou a intenção de restabelecer pontes de diálogo com o partido e o Governo. “Vamos percorrer um caminho novo, com novas políticas e, obviamente, com políticas para o novo ciclo [...] que a Madeira precisa de enfrentar. Os procedimentos, as atitudes e as políticas que vamos seguir não são de ruptura, são novas políticas”, afirmou Miguel Albuquerque, em declarações aos jornalistas na sede nacional do PSD, no final de um almoço com o presidente social-democrata, Pedro Passos Coelho, dia 21.

Fazendo um balanço muito positivo da primeira reunião de trabalho com o presidente Pedro Passos Coelho, Miguel Albuquerque insistiu ser sua intenção “restabelecer pontes de diálogo com o PSD e com o Governo”, sublinhando que não faz sentido a Madeira “se virar para dentro de si própria ou estabelecer um regime de conflitualidade permanente que faz parte de outros tempos”.

Segundo adiantou o líder do PSD/Madeira, no encontro com Pedro Passos Coelho várias questões estiveram em cima da mesa, nomeadamente o problema do regime dos transportes aéreos para estudantes e residentes. Defendendo a existência de um regime idêntico ao dos Açores, Miguel Albuquerque disse ser injusto que residentes e estudantes sejam obrigados a pagar à volta de 400 euros por viagem na altura de “pico”. Por isso, acrescentou, tem de ser estabelecido um novo sistema, com um “tecto” máximo à semelhança do que acontece nos Açores onde os residentes pagam no máximo 134 euros e os estudantes 99 euros.

O líder do PSD/Madeira revelou também que outro dos assuntos discutidos foi o plano de ajustamento económico e financeiro da região, frisando que o programa tem sido “cumprido escrupulosamente” e que no futuro a região poderá retirar benefícios dessa situação.

Quanto à antecipação das eleições para a Assembleia Legislativa da Madeira, Miguel Albuquerque voltou a apontar o dia 29 de Março como a melhor data, mas não se comprometeu com a presença do líder do partido na região durante a campanha. “É possível, gostava que fosse, mas vamos ver se tem disponibilidade”, disse.

No dia 22 de Janeiro, uma delegação do PSD, constituída pelo vice-presidente coordenador Marco António Costa, secretário-geral, José Matos Rosa, presidente do PSD/Madeira, Dr. Miguel Albuquerque, e João Faria Nunes, membro da Comissão Política Regional do PSD/Madeira, foi recebida, em audiência, pelo Presidente da República, no âmbito da auscultação de todos os partidos com assento na Assembleia Legislativa da Madeira, com vista à marcação da data eleições legislativas regionais antecipadas

O líder do PSD/Madeira considerou que o prolongamento do prazo do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) até ao final de 2015 não impede a suavização do programa, mas recusou comprometer-se com uma baixa de impostos. “Esta situação não implica que não se possa suavizar as circunstâncias do plano de ajustamento económico e financeiro”, afirmou o novo líder do PSD/Madeira, Miguel Albuquerque, em declarações aos jornalistas no Palácio de Belém, no final de um encontro com o Presidente da República, que está hoje a

A Secretaria Regional do Plano e Finanças da Madeira anunciou que solicitou o prolongamento do prazo do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) até ao final de 2015 para não perder 320 milhões de euros. O PAEF, assinado a 27 de Janeiro de 2012, deveria terminar



a 27 de Janeiro deste ano, dado que estes instrumentos financeiros têm uma vigência de três anos.

Contudo, associado ao PAEF “está o financiamento de 1.500 milhões de euros do Estado à região, cujo valor utilizado até 31.12.2014 ascendia a 1.180 milhões euros, existindo, assim, um saldo por utilizar ao longo de 2015 de 320 milhões de euros, dos quais 171,5 milhões de euros para a regularização de dívida comercial e 148,5 milhões de euros para a amortização de dívida financeira, conforme estratégia de pagamentos aprovada pelo Ministério das Finanças”, refere uma nota da secretaria.

Questionado sobre esta questão, Miguel Albuquerque referiu que a situação já era do conhecimento de todos os partidos na Madeira e até já estava “consubstanciado na discussão do próprio orçamento regional para este ano”.

O líder do PSD/Madeira adiantou, contudo, que a dilatação do prazo não implica que não se possa renegociar a suavização do plano de ajustamento económico e financeiro, “até porque o programa está a ser rigorosamente cumprido, há uma diminuição do défice real e, inclusivamente, há um aumento da receita”.

As “trapalhadas” do PS



O vice-presidente do PSD, Marco António Costa, acusa a liderança do PS de lançar “trapalhada atrás de trapalhada”, “estar em contramão com a realidade” e não querer dialogar para resolver os problemas do país. Para o coordenador do PSD, a chegada de António Costa à liderança do PS “frustrou as expectativas”. “Pensávamos que a qualidade do debate político em Portugal poderia sofrer um melhoramento, um maior grau de exigência ao analisar os factos com objectividade”, disse.

Pelo contrário, frisou Marco António Costa, o PS tem vindo a “enganar-se” e Marco António Costa enumerou o que considerou serem “várias trapalhadas”, como a dos fundos comunitários, com António Costa a “errar as contas da execução dos fundos comunitários”, ou a da TAP, com o líder socialista a afirmar ser contra a privatização da transportadora, quando o Governo de José Sócrates tinha sido a favor, ao assinar o plano de resgate com a ‘troika’ que previa a privatização da empresa.

Marco António Costa lembrou também a discussão sobre o “plano Juncker”: o PS dizia que o plano “permitia despesa pública sem efeitos no défice quando hoje sabemos que só poderá beneficiar dessa flexibilização os estados que controlem o défice abaixo dos 3% e isso irá acontecer a Portugal em 2015”, afirmou.

Para o porta-voz social-democrata, o PS “voltou a enganar-se agora”, sobre o Banco Central Europeu (BCE) e o problema da deflação. “O que o PS reclamou do BCE era que se transformasse num banco privativo dos primeiros-ministros, sempre que desejassem gastar mais dinheiro, para reclamar financiamento directo aos seus Estados através do BCE. O que o BCE veio anunciar é distinto e vem em linha com o que foi sempre a nossa posição”, defendeu.

Para Marco António Costa, o PS errou também nas previsões para 2014, prevendo um “orçamento irrealista e impossível de atingir os objectivos de crescimento e de controlo das contas públicas”, mas “a realidade confirmou quem tinha razão e quem estava enganado”, recorrendo aos dados da execução orçamental divulgados na sexta-feira.

Marco António Costa concluiu que o PS “não tem propostas para apresentar” às próximas eleições e “demonstra uma total indisponibilidade para acreditar que o país está a construir um tempo novo”, limitando-se a lançar medidas “eleitoralistas”, apontando como



exemplo a isenção das taxas moderadoras para casos de urgências nos centros de saúde durante a gripe.

Questionado se PSD e CDS já estão a trabalhar numa eventual coligação para as legislativas, Marco António salientou que o PSD não está ainda em campanha, dizendo que há muito trabalho político pela frente. “Estamos a fazer trabalho político. É responsabilidade dos

partidos fazer trabalho político, encontrar-se com as suas estruturas, debater a situação do país. Ainda temos muito trabalho pela frente e é por isso que ambicionamos poder renovar o mandato lá para Outubro de 2015. Faltam muitos meses para debatermos matérias eleitorais”, disse, acrescentando que “lá para o Verão ou depois do Verão” será o tempo desse debate eleitoral.

José Matos Rosa em Santa Comba Dão

O secretário-geral do PSD participou no sábado, 24 de Janeiro de 2015, num jantar com militantes de Santa Comba Dão. Uma sessão que contou com a presença de dirigentes concelhios, distritais, autarcas e deputados eleitos por Viseu.



Carlos Carreiras no Cartaxo

O vice-presidente e autarca Carlos Carreiras esteve no dia 24 de Janeiro de 2015, num jantar promovido pela Comissão Política de Secção do PSD do Cartaxo. Uma iniciativa a que se associou o presidente da Distrital do PSD de Santarém, Nuno Serra.



Nuno Morais Sarmiento em Seia

Nuno Morais Sarmiento esteve dia 23 de Janeiro de 2015, numa sessão comemorativa/jantar dos 40 anos do PSD de Seia. Uma iniciativa que juntou mais de uma centena de militantes sociais-democratas da Beira Alta.



Jantar-convívio do núcleo do PSD de Rhode Island

No passado dia 17 de Janeiro, várias dezenas de militantes do PSD-Estados Unidos da América reuniram-se no Centro Comunitário Amigos da Terceira, na cidade de Pawtucket, no estado de Rhode Island, onde realizaram um jantar-convívio, que contou com a presença de Mário Filipe Marques, presidente da Comissão Política da Secção do PSD-EUA e da deputada do PSD, Maria João Ávila, que representa na Assembleia da República o círculo eleitoral Fora da Europa (cinco milhões de portugueses). Durante o encontro com militantes sociais-democratas, na sua maioria residentes no estado de Rhode Island, mas também de outras localidades da Nova Inglaterra, os líderes políticos locais foram recebidos com grande entusiasmo por José Gabriel, responsável pelo Núcleo do PSD-EUA naquele estado norte-americano.

Para Mário Filipe Marques, estes encontros são de grande utilidade para contactar directamente com os militantes do partido e perceber quais as preocupações dos companheiros que emigraram e hoje fazem vida tão distantes de Portugal. O presidente do PSD-EUA, falando para os presentes, disse que “mais de 20 anos depois de ter saído do nosso país”, compreende “perfeitamente a angústia” quando “percebemos que portugueses que vivem em Portugal, e que não tiveram a necessidade de sair do país, depois de uma verdadeira governação catastrófica do Partido Socialista e do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates, que nos levou à bancarrota”.

O jantar-convívio, promovido pelos militantes de Rhode Island, foi também ponto de encontro de muitos açorianos oriundos da Ilha Terceira, que, no mesmo local, organizaram o encontro dos “Amigos de Angra”, onde elegeram a representante da comunidade nas festas das Sanjoaninas, a realizarem-se na Ilha Terceira no próximo mês de Junho, pelo que a social-democrata Maria João de Ávila, aproveitando a presença de muitos terceirenses frisou que “o Partido Social Democrata e naturalmente o governo, está muito preocupado com a situação que se vive na Base das Lajes, e ao contrário do que diz o presidente do governo Regional dos Açores, o governo da República liderado pelo Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho está acompanhar com detalhe todo o processo que se refere à Base das Lajes na Ilha Terceira e tudo fará para minimizar as suas consequências”.

A responsável política destacou ainda o papel importante que o partido tem na Assembleia da República, na defesa dos interesses dos portugueses residentes no estrangeiro, destacando o ensino do português junto das comunidades portuguesas, acrescentando que “foi com muito trabalho e grande empenho que, em Agosto de 2011, mal acabada de chegar a Lisboa”, teve de gerir, “com muita diplomacia e determinação, o estatuto e mobilidade dos professores portugueses nos Estados Unidos, situação que só foi possível resolver com o empenho do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério da Educação”.

A deputada que é também emigrante nos EUA, desde os seus 13 anos de idade, sempre esteve presente na vida das colectividades e associações portuguesas na América, diz saber como ninguém e sentir na pele o que é viajar para as ilhas e confrontada pelos presentes com as constantes falhas operacionais que acontecem na companhia aérea açoriana, SATA Internacional e SATA Air Açores, Maria João de Ávila lembrou que solicitou “uma reunião com o presidente da SATA”. “Marcámos a reunião, eu fui para Ponta Delgada e ao chegar aos escritórios da SATA, fiquei a saber que o senhor presidente tinha ido para Lisboa. Foi uma falta de respeito, até porque nunca ninguém me contactou para desmarcar a reunião agendada”, revelou a deputada, facto que indicia que a “SATA não quer nem deseja resolver os problemas



operacionais dos voos, de e para as nossas comunidade”.

A social-democrata adiantou ainda que antes do final do seu mandato, irá encetar todos os esforços que estiverem ao seu alcance para que a SATA coloque a casa em ordem, “para bem de todos os açorianos e portugueses de uma maneira geral”.

O jantar-convívio serviu também para Mário Filipe Marques, líder social-democrata nos Estados Unidos, e Maria João Ávila sentirem “in loco” as preocupações dos militantes do partido e ouvirem as propostas e sugestões, para alargar o leque de influência e avançar para uma associação de cariz mundial que possa abranger todas as comunidades portuguesas social-democratas.

Leis antiterrorismo serão aperfeiçoadas

O Governo está a preparar “um afinamento” da legislação de combate ao terrorismo, mas que a possibilidade de escutas telefónicas pelos serviços de informações não está em cima da mesa. Anabela Rodrigues falava aos jornalistas na Assembleia da República, dia 21, no final das audiências com os grupos parlamentares para discutir o combate ao terrorismo, em que esteve acompanhada pelo ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Marques Guedes, pela secretária de Estados dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais, e pelo secretário de Estado da Administração Interna, João Almeida.

Anabela Rodrigues adiantou que haverá “alterações legislativas no sentido de afinamentos legislativos que são compreensíveis”, apesar do quadro legislativo “de uma forma global responder às exigências colocadas pelo fenómeno do terrorismo”. Nas declarações à imprensa, a ministra admitiu “um ajustamento aqui ou ali do Código do Processo Penal ou de uma lei de combate ao terrorismo”, mas não quis alongar-se sobre as alterações que o executivo tenciona levar a cabo, nem sobre eventuais mudanças ao nível operacional.

“Esta reunião visou apresentar as principais linhas de orientação de uma estratégia nacional antiterrorista, foi isso que foi fundamentalmente o objecto destas reuniões”, afirmou.

Questionada sobre a possibilidade dos serviços de informações poderem realizar escutas telefónicas, Anabela Rodrigues respondeu que essa “é uma matéria que não está em cima da mesa” e que “exigiria revisão constitucional”. “Isto é uma estratégia que tem vectores de desenvolvimento e que naturalmente terá uma segunda parte de acções mais concretas e operacionais, esses vectores essenciais foram aqui discutidos com os principais partidos, foi uma discussão muito positiva e



aberta, o que é fundamental numa matéria de segurança nacional como esta”, declarou.

Anabela Rodrigues recusou “falar num prazo concreto” para a apresentação destas medidas de combate ao terrorismo, “porque há reuniões que têm de ser agendadas”.

A ministra da Administração Interna sublinhou ainda que a discussão sobre a estratégia nacional antiterrorismo não é uma resposta aos atentados em Paris ou às operações recentes na Bélgica e inscreve-se “num pano

de trabalho que já vem acontecendo desde há alguns meses e agora se está a concretizar nesta fase de recolher o contributo dos partidos com assento” parlamentar.

“Não houve nenhuma alteração do estado de alerta em Portugal ou nenhuma situação de urgência que levasse a estas reuniões de hoje. As alterações são actualizações em função da própria actualização do fenómeno terrorista porque, como todos nós sabemos, esse é um fenómeno em permanente mutação e é preciso responder a isso”, assinalou Anabela Rodrigues.

PSD defende novas instalações para a GNR na Moita



este equipamento, moderno e funcional, que dá resposta às necessidades de uma força de segurança”.

Os deputados do PSD anunciaram ainda a intenção de levar a questão das novas instalações à ministra da tutela, o mais brevemente possível.

Os deputados do PSD eleitos pelo distrito de Setúbal manifestaram preocupação relativamente às condições actuais do posto da GNR na vila da Moita, defendendo a necessidade de instalações “dignas e funcionais” para os militares. Na sequência de uma visita ao Posto da GNR na Moita, os sociais-democratas sublinham que as instalações “não reúnem a dignidade, nem as condições necessárias para o trabalho a realizar pelos militares”. “Não existe privacidade para as vítimas, o espaço de atendimento é exíguo, as condições de segurança para o desempenho do trabalho dos militares não são as adequadas”, explica Bruno Vitorino.

O deputado do PSD realça que o antigo quartel dos Bombeiros Voluntários da Moita tem sido apontado como alternativa, sendo necessárias as respectivas obras de remodelação, sendo este é um equipamento que pertence ao Ministério da Administração Interna. “Este seria um espaço digno, com todas as condições necessárias para albergar a GNR”, acrescenta.

Os sociais-democratas salientam que o Governo, na medida das possibilidades, tem dado resposta a vários problemas que se tem colocado ao nível das instalações das forças de segurança, nomeadamente na remodelação das infra-estruturas.

No final da visita, que também incluiu o quartel da GNR de Palmela, o deputado Paulo Ribeiro recordou que “não podemos esquecer que ainda no ano passado foi inaugurado

Portugal vai antecipar reembolso ao FMI



A ministra das Finanças revelou que Portugal vai proceder ao pagamento antecipado do empréstimo contraído ao Fundo Monetário Internacional (FMI) durante o resgate financeiro do país.

A governante, que esteve a ser ouvida na comissão parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública, dia 21, disse que o Estado acumulou “um montante de reservas de liquidez muito significativo” que permite “enfrentar com muita tranquilidade” eventuais dificuldades futuras. Por isso, e tendo em conta aquilo que Maria Luís Albuquerque disse ser uma “situação de normalização do acesso ao mercado”, Portugal “está em condições e vai iniciar os procedimentos necessários para o reembolso antecipado ao FMI”.

De acordo com o calendário de amortizações de dívida directa do Estado do IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, Portugal começa a reembolsar o montante emprestado pelo FMI em 2015, estando prevista a amortização de 500 milhões de euros do envelope financeiro total de 26,91 mil milhões de euros concedido pelo Fundo.

Maria Luís Albuquerque afirmou também que “Portugal não precisa de caridade” e destacou que os mercados já estão a emprestar a um prazo mais longo do que os credores internacionais. Maria Luís Albuquerque, que está hoje a ser ouvida na comissão parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública, afirmou, em resposta à deputada do Bloco de Esquerda Mariana Mortágua, que “o Banco Central Europeu não pode financiar défices nacionais” e que “dizer que o BCE deve emitir moeda para financiar défices como se não houvesse contrapartidas é até perigoso porque cria a ilusão de que há soluções fáceis”.

A governante defendeu que os outros países do euro, que cumpriram as regras europeias, quererão “alguma coisa em troca” até para os governantes desses países “não se verem colocados na situação de, perante os seus eleitores, dizer ‘mas por que é que nós poupámos e outros não precisamos de o fazer?’”.

Para a ministra das Finanças, “aquilo que se dá sem pedir nada em troca é caridade e Portugal não precisa de caridade” e um movimento de gastar mais do que se produz “não pode ser eterno”, uma vez que “não é possível [fazer] crescer eternamente a dívida porque não haverá quem esteja disposto a financiá-la”.

Maria Luís Albuquerque referiu mesmo que “são bem-vindas” as medidas que permitam condições mais favoráveis, mas defendeu que Portugal tem de “fazer a sua parte para beneficiar dos efeitos positivos” dessas medidas.

Na mesma audição, a governante reiterou que a

comunicação de Bruxelas, do dia 13 de Janeiro, “não tem alterações do Tratado Orçamental”, mas antes “um conjunto de linhas de orientação que clarificam a interpretação dessas regras”.

“Essas linhas de orientação interpretativa mantêm uma margem muito estreita, mas são uma clarificação que o Governo considera bem-vinda”, afirmou a ministra, reiterando que, no caso da cláusula de investimento, o que se prevê é que “possa ser estabelecido um objectivo menor para o ajustamento estrutural, mas que tem de ser corrigido num prazo de quatro anos” e que, mesmo isto, “só [é válido] para países fora do Procedimento dos Défices Excessivos [PDE]”.

Para Maria Luís Albuquerque, isto “reforça a importância do objectivo deste Governo de, em 2015, tirar o país do PDE para que Portugal esteja em condições de, querendo, poder beneficiar dessa interpretação um pouco menos restritiva”.

Mas, “para isso, é essencial que as políticas de consolidação orçamental prossigam e que consigamos tirar o país do PDE em 2015”, afirmou a ministra de Estado e das Finanças, reiterando que, “mesmo essa interpretação ligeiramente mais flexível não será aplicada a Portugal”.

Já no que se refere a outras cláusulas referidas na comunicação da Comissão Europeia, nomeadamente as relativas às reformas estruturais e à consideração da fase do ciclo económico, a governante deixou a sua análise.

“Para países que ainda estão em PDE, o que se diz é que, em circunstâncias devidamente especificadas, pode haver uma revisão das metas e dos prazos. Mas isso não é nada de novo, foi o que já se fez em Portugal em 2012 e em 2013. O que a comunicação da Comissão Europeia diz é que as regras são para cumprir e este é o consenso europeu”, relatou.

A governante disse ainda que “parece que o objectivo é [o défice orçamental] ficar abaixo dos 3% e que, estando aí, já não se justifica nenhuma medida” de consolidação e recordou que o valor para o défice de “3% é o máximo que se pode atingir quando as coisas correm mal”, mas que “o objectivo é o equilíbrio ou um excedente”.

Maria Luís Albuquerque referiu-se também à emissão de dívida de longo prazo da semana passada (a 10 e a 30 anos) para defender que estas operações são “a prova definitiva, se alguma ainda fosse necessária, de que a confiança dos investidores é sustentada e que permite fazer uma aposta de longo prazo”.

“O mercado já nos dá financiamento a um prazo mais longo do que os nossos parceiros. [O ano de] 2045 é para lá do último reembolso”, apontou a governante, sublinhando que isto é “muito relevante para o Tesouro,

para o sector financeiro e para as empresas”, mas que “há ainda muito trabalho pela frente”.

Processo de revisão dos suplementos não está parado
O processo da revisão dos suplementos da função pública “não está parado” e prometeu que o Governo “trabalhará até às eleições” para cumprir os objectivos. “Era nossa intenção poder fazer em 2015 mais do que aquilo que estamos a fazer”, afirmou Maria Luís Albuquerque na comissão parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública, onde está hoje a ser ouvida, acrescentando que houve “decisões que impediram que [houvesse] margem orçamental”.

“Mas isso não quer dizer que tenhamos desistido dos objectivos. Efectivamente o que temos é uma tabela remuneratória única que já existia onde podemos ver, em termos comparativos, todas as carreiras existentes. Mas, para termos uma visão verdadeira da política remuneratória da Administração Pública, temos de completar o processo da revisão de suplementos e esse processo teve um pequeno atraso”, afirmou a governante.

Maria Luís Albuquerque explicou que, quando se comparam trabalhadores de diferentes carreiras contributivas, não se pode olhar apenas para a remuneração base, mas sim para a global, e reiterou que “o processo [de revisão dos suplementos] não está parado” e que se trata de um dossier que “deve ser realizado em contínuo”, o que “implica necessariamente a conclusão do processo de revisão dos suplementos”.

Maria Luís Albuquerque lamentou que os deputados da oposição acusem o Governo de eleitoralismo nesta matéria, afirmando que “o mandato [do Governo] não é de três anos e mais um em que [se fica] à espera de eleições”. “Este Governo trabalhará até às eleições para fazer aquilo com que se comprometeu perante os portugueses. Ser um ano de eleições não pode ser um impedimento para deixarmos de trabalhar”, afirmou ainda a governante.

Na semana passada, o secretário de Estado da Administração Pública, José Leite Martins, garantiu que o Governo não recuou na aplicação de uma nova tabela de suplementos da administração pública e que ia enviar “muito proximamente” o diploma para Belém. Em causa estão um total de cerca de 700 milhões de euros que o Estado distribui anualmente, divididos por mais de 200 justificações diversas, conforme as funções exercidas. A intenção do executivo da maioria PSD/CDS-PP é “racionalizar e uniformizar” aquelas formas de pagamento, pondo fim a algumas e fundindo diversas outras. O diploma foi enviado pelo Governo a Cavaco Silva no início de Outubro, tendo já sido ultrapassado o prazo constitucional de 40 dias para a sua promulgação.

Reforço no atendimento hospitalar

O ministro da Saúde reconhece que há um “número significativo” de mortes nas urgências dos hospitais e centros de saúde portugueses, mas recusa qualquer sinal de “alarmismo e falsidade”. Paulo Macedo considera que os óbitos têm de ser investigados “com celeridade”, para saber se se devem a “falha no atendimento” e lançou novas medidas para responder ao afluxo anormal às urgências: a contratação de mil enfermeiros para centros de saúde e a contratação de médicos reformados com horário flexível.

Paulo Macedo começou por relembrar as medidas que o ministério já tomou para os hospitais como a contratação extraordinária de médicos e avisou que nesta altura “não há médicos de medicina geral e familiar que possam ser recrutadas pelo SNS. Toda agente tem a ideia clara que o SNS recruta todos os médicos disponíveis”. Perante o problema da inexistência de médicos no activo, o ministério está a negociar com as Finanças a contratação de médicos reformados “não exigindo um horário de 40 horas”. Um diploma que, disse o ministro deve estar em vigor nas próximas semanas.

Além da contratação de médicos reformados, Paulo Macedo diz que vai ainda abrir concursos nas várias áreas de saúde para mil enfermeiros para os centros de saúde. “O que existe é um número de doentes em situações de maior prioridade e que exigem maiores situações de internamento” ou seja, em muitos hospitais houve um aumento acentuado de pessoas com pulseira amarela e laranja.

Relativamente ao número de mortes nas urgências este ano, Paulo Macedo pediu cautela na avaliação do número, uma vez que “há casos em que temos de avaliar se houve falha de serviço ou erro humano, outros caos, estar a somar casos que não têm nada a ver uma coisa com a outra é laçar alarmismo e falsidade”.

Mesmo assim, o ministro referiu que dizem as estatísticas que “há um conjunto de óbitos muito significativo em qualquer serviço de urgência” e “por pessoas que entram na urgência”, mas que nestes casos é necessário perceber “se houve falta de assistência”. Nesses casos, assume, a responsabilidade “tem de ser apurada com alguma celeridade”. Para exemplificar que é preciso ter cuidado com a contagem de óbitos nas urgências no geral, Paulo Macedo citou o caso de um idoso que faleceu no Hospital São Francisco Xavier, com 92 anos, e que faleceu nas urgências quando teve um tempo de espera de nove minutos. Segundo o ministro, a avaliar pela informação do hospital, tratou-se um caso em que não se registou uma falha no atendimento. “Outra coisa é se houve falta de assistência”, afirmou, adiantando estarem a ser analisados os casos “individualmente”, análise que tem de ser feita com “alguma serenidade”.

Ampliação das urgências do Hospital Amadora-Sintra

Paulo Macedo comprometeu-se em Sintra, com a ampliação das urgências do Hospital Fernando Fonseca (Amadora-Sintra), numa solução que poderá passar por um novo bloco ou uma deslocalização dos serviços. O governante falava durante a assinatura de um protocolo para a construção de quatro centros de saúde no concelho de Sintra, adiantando que “o hospital de Amadora-Sintra é um excelente hospital em termos técnicos”, admitindo, no entanto, que os serviços de urgência têm dificuldades em dar resposta.

“Aquela urgência, tal como está a funcionar, precisa claramente de uma ampliação. Esse projecto foi pedido pela ARS [Administração Regional de Saúde] ao conselho de administração”, revelou o ministro da Saúde, acrescentando que a solução passará por “um edifício novo ou uma deslocalização” da urgência, para outra zona da unidade.

Paulo Macedo reconheceu que, independentemente de problemas de recursos humanos pontuais, a urgência do Amadora-Sintra, “como está planeada há mais de uma década, só dá resposta com macas, fora dos sítios onde elas devam estar”.



A autarquia de Sintra assinou hoje com a ARS de Lisboa e Vale do Tejo um protocolo para a instalação de quatro unidades de saúde no município, em Algueirão-Mem Martins, Queluz, Almargem do Bispo e Aqualva. A Câmara Municipal de Sintra e a ARS comprometem-se a promover uma parceria na qual o município cede gratuitamente, em regime de direito de superfície, o espaço para a instalação de uma Unidade de Saúde em Algueirão-Mem-Martins, nos terrenos da antiga fábrica da Messa. Esta nova unidade vai substituir a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Algueirão, a Unidade de Saúde Familiar Natividade (Ouressa), a Unidade de Saúde Pública Sintra, a Unidade de Cuidados na Comunidade Cruzeiro e o Espaço Jovem. A futura

unidade de saúde de Queluz será instalada na antiga Escola Básica D. Fernando II, em substituição da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Lusíadas. A nova unidade de saúde projectada para Almargem do Bispo irá substituir a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados - polos de Almargem do Bispo, Sabugo, D. Maria e Negrais. Através de contrato-programa, a assinar posteriormente, a ARS compromete-se a financiar “até ao limite de 70 por cento” do valor de cada uma das empreitadas para instalação das unidades de saúde, com excepção da unidade de Aqualva, assegurando o município “o pagamento do valor remanescente”, ou seja, os restantes 30 por cento.

Portugal sobe três lugares no índice europeu de saúde

Portugal melhorou a sua classificação, de 16.º para o 13.º lugar, no Índice Europeu de Saúde dos Consumidores de 2014, divulgado em Bruxelas. Com 722 pontos, de um máximo de 1000, o país fica assim à frente da Inglaterra e logo após a Suécia, sendo que o Índice considerou que Portugal ultrapassou “insuficiências históricas” apesar da “forte pressão financeira”.

O IESC considera que, apesar de estar “sob forte pressão financeira, Portugal tem conseguido superar insuficiências históricas, tais como acesso deficiente e resultados fracos, o que lhe valeu a subida de três lugares em relação a 2013”.

O país terá ainda, recomenda o estudo, de melhorar no campo da prevenção, nomeadamente do tabagismo e do abuso do álcool, que “se mantêm em níveis altos”.

No que respeita aos antibióticos, foi reduzido o seu uso excessivo “mas as infecções hospitalares resistentes são ainda uma ameaça importante”.

Portugal aumentou 51 pontos para os 722 desde o estudo de 2013, o que, para os responsáveis do IESC, reflecte a melhoria dos direitos e informações e acesso dos pacientes.

O estudo revela também que tem sido enfrentado com bons resultados o problema da tradicional longa espera da assistência médica portuguesa, o que contradiz a situação verificada nestas primeiras semanas de Janeiro com longas filas e elevados tempos de espera em várias urgências hospitalares.

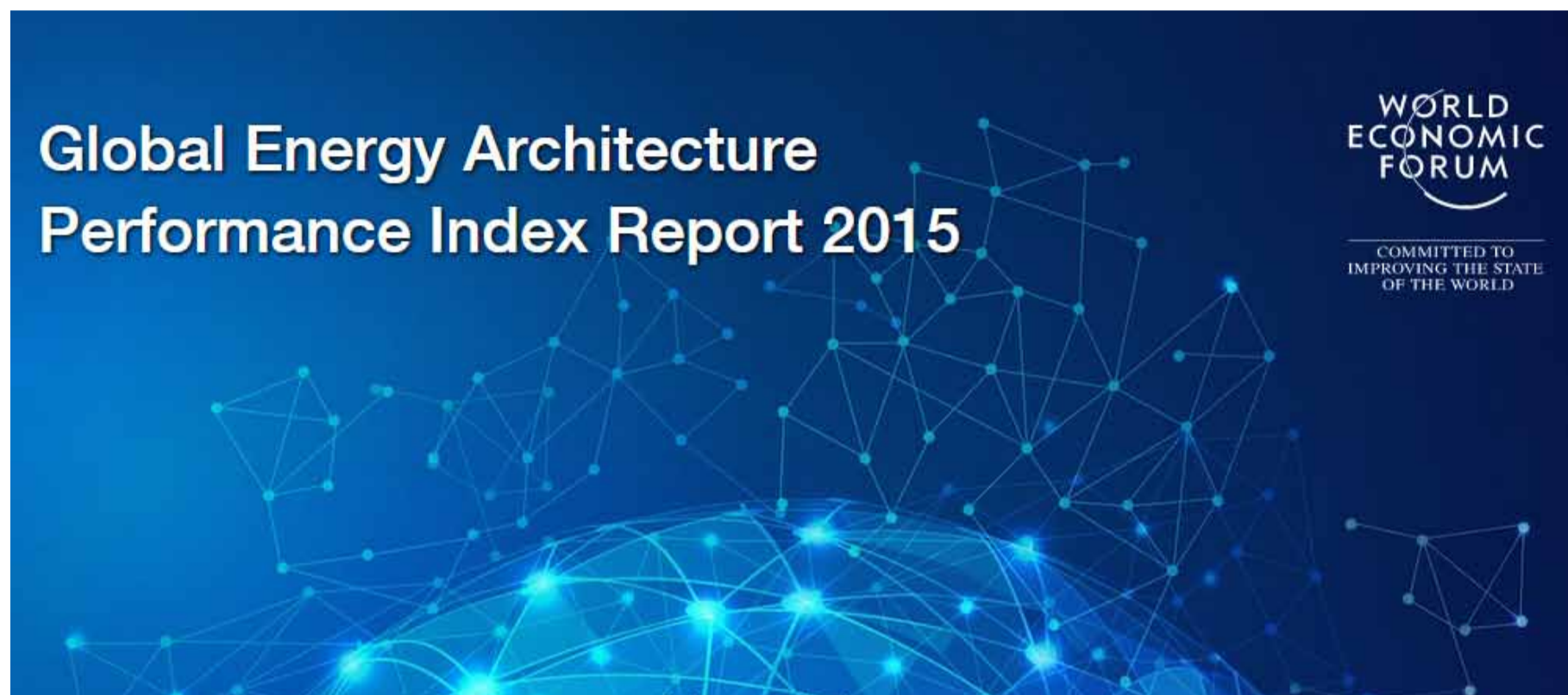
Também melhoraram os resultados dos tratamentos embora haja tendência para reduzir a gama e o alcance dos serviços e do acesso a novos produtos farmacêuticos. Aliás, o relatório recomenda que “quando os recursos assim o permitam, a gama e o alcance dos serviços devem ser salvaguardados para prevenir mais desigualdade na assistência médica”.

A 8.ª edição do estudo inclui 36 países e a Escócia e conclui que, apesar de ligeiras reduções nos gastos com a assistência médica em muitos países, o desempenho total da assistência médica continua a melhorar. O Índice é compilado a partir de uma combinação de estatísticas públicas, sondagens a pacientes e pesquisa independente conduzida pela Health Consumer Powerhouse Ltd, uma empresa privada sediada na Suécia, medindo o desempenho da assistência médica na Europa e no Canadá.

A Holanda continua no primeiro ligado do Índice, com 898 pontos de um máximo de 1.000, seguida pela Suíça, Noruega, Finlândia e Dinamarca. Portugal, que está à frente da Inglaterra e logo após a Suécia, ultrapassa ainda os 670 pontos da Espanha e os 648 da Itália.



Portugal sobe à 10.ª posição no “ranking” mundial do sector da energia



Portugal subiu oito posições no “The Global Energy Architecture Performance Index 2015”, relativamente a 2014, ocupando agora em 10.º lugar no índice do Fórum Económico Mundial, que analisa o desempenho de 125 países em matéria de competitividade, acessibilidade e sustentabilidade do sector energético.

Depois de, em 2014 e pelo segundo ano consecutivo, ter sido considerado o 4.º melhor país do mundo em política para as alterações climáticas no “Climate Index”, constituído por uma rede de ONG internacionais, Portugal foi também elogiado na Cimeira em Lima, pela ONU, Comissão Europeia, Banco Mundial e Instituto Global para o Crescimento Verde que afirmaram publicamente a exemplaridade à escala mundial da Fiscalidade Verde e da Proposta de Compromisso para o Crescimento Verde.

Portugal tem, ao longo dos últimos três anos, concretizado importantes reformas na área da energia e das alterações climáticas, que permitiram atingir o valor de 62 por cento de utilização de fontes energéticas renováveis na electricidade e o nível mais baixo de dependência energética do exterior (71 por cento) dos últimos 20 anos.

A reforma do sector energético levou também ao corte de 3,5 mil milhões de euros nas rendas excessivas, evitando aumentos anuais de 14 por cento ou uma dívida tarifária de seis mil milhões de euros em 2020. Com esta medida assegura-se a sustentabilidade do sector, que em cinco anos, terá uma dívida tarifária de apenas de 600 a 1000 milhões de euros.

No plano europeu, Portugal liderou o processo para o Pacote Clima e Energia 2030, resgatando a meta das interligações energéticas que vão permitir que a Península Ibérica deixe de ser uma ilha energética, até agora sem possibilidade de transportar energia para outros países, e que Portugal de torne um exportador de energia. Fonte: Portal do Governo.

Conselho de Ministros de 22 de Janeiro de 2015

1. O Conselho de Ministros fixou os efectivos das Forças Armadas para o ano de 2015. O efectivo máximo das Forças Armadas para 2015, incluindo os militares na situação de reserva na efectividade de serviço, é fixado em 31 563 militares, o que significa uma redução de 3310 militares face à situação actual.

O diploma agora aprovado resulta da aplicação da nova Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, sendo um importante passo no sentido da transparência e do rigor na gestão dos recursos humanos nas Forças Armadas.

Na fixação de efectivos é considerado o objectivo fixado em Abril de 2013, por Resolução do Conselho de Ministros, que aprovou as linhas de orientação para a execução da reforma estrutural da defesa nacional e das Forças Armadas, designada por Reforma Defesa 2020.

2. O Conselho de Ministros aprovou as normas de execução do Orçamento do Estado para 2015. É reforçada a garantia de um controlo rigoroso da execução orçamental, necessária a uma correta aplicação da política definida no Orçamento do Estado para 2015 e ao cumprimento das metas estabelecidas, sem prejuízo de ser continuado o caminho de maior responsabilização, a par de uma maior flexibilidade, dos serviços e organismos da Administração Pública na respectiva gestão orçamental.

No âmbito do dever de informação, continua a estabelecer-se a obrigatoriedade de disponibilização pelos serviços e organismos de um conjunto de elementos informativos, de modo a permitir a permanente verificação do cumprimento dos objectivos da execução orçamental para 2015. Mantém-se também a utilização intensiva das tecnologias de informação e comunicação nos procedimentos de controlo da execução orçamental.



Espanhóis e portugueses terão de optar entre rigor e proposta socialista

O líder parlamentar do PSD considerou na Convenção do PP espanhol que, nas próximas eleições, portugueses e espanhóis terão de escolher entre o rigor dos atuais governos e uma proposta socialista que fragilizou Espanha e Portugal. “A pergunta que temos de fazer às populações de Portugal e de Espanha é a mesma e é simples: é saber se o país está mais bem governado agora do que estava em 2011 e se, com os esforços que foram feitos, se podemos ter mais esperança na governação do PSD em Portugal e do PP em Espanha - com rigor, mas com crescimento e criação de emprego - ou numa proposta socialista que, em ambos os países, tornou-os menos competitivos e menos capazes de gerar oportunidades de emprego”, disse Luís Montenegro.

O líder parlamentar social-democrata foi um dos convidados internacionais na Convenção do Partido Popular espanhol (no poder), na qual fez uma intervenção ao lado do actual ministro da Saúde de Espanha, Alfonso Alonso, que foi líder parlamentar do PP até ter sido convidado para o executivo de Mariano Rajoy.

Luís Montenegro, acompanhado pelo deputado António Rodrigues, também manteve encontros bilaterais, nomeadamente com o líder parlamentar do PP espanhol, Rafael Hernando. “Temos uma proximidade grande do ponto de vista político do PP de Espanha. [...] Ambos vencemos eleições em 2011, ambos tivemos processos de recuperação muito exigentes e ambos tivemos que empreender reformas estruturais nos principais sistemas públicos. Temos de enfrentar taxas de desemprego altíssimas. [...] E ambos vamos ter eleições no último trimestre de 2015”, salientou o dirigente português.

Por isso mesmo, “é importante que tenhamos a oportunidade de dizer aos portugueses e aos espanhóis que os esforços que foram feitos nos últimos quatro anos estão a surtir efeito, estão a ter resultados”, realçou Luís Montenegro.

“Nós temos hoje, em Portugal e Espanha, crescimento económico que não tínhamos nessa altura [em 2011], temos uma taxa de desemprego - ainda que elevada - a diminuir e temos projectos para o futuro: continuar a modernizar a economia e a gerar mais oportunidades e emprego. Temos um programa político-partidário e um programa nacional comum. Foi também essa mensagem que viemos aqui deixar”, sublinhou.

Já o ministro Alfonso Alonso afirmou que os dirigentes espanhóis “aprenderam muito” com o exemplo português, com “a capacidade de sacrifício, de superação, que demonstrou que Portugal é um país sério, que vale a pena”.

“Deram a volta a uma situação muito difícil e agora vem aí um tempo novo, no qual há que dar confiança e optimismo. Portugal tem já um futuro e um desenvolvimento que pareciam estar-lhe negados durante tanto tempo. Sei do trabalho do PSD e dos seus companheiros de coligação, que deram a Portugal estabilidade política para superar a situação de resgate”, disse.

PSD elogia poupança com FMI

O líder parlamentar do PSD elogiou a decisão anunciada pela ministra das Finanças de antecipar o pagamento do empréstimo ao Fundo Monetário Internacional (FMI) pelo resgate financeiro, mas esclareceu ser inexequível reverter tal poupança aos contribuintes. “Isso não é exequível porque significava dispor de dinheiro que está adstrito ao pagamento da dívida e, portanto, gastá-lo e, com isso, aumentar a dívida e o encargo para o futuro”, afirmou Luís Montenegro, no parlamento.

“É sabido que, estatutariamente, os juros do FMI não têm capacidade de negociação como tiveram, por exemplo, os que são decorrentes dos empréstimos junto da Comissão e do Banco Central europeus. Estando nós a financiar-nos a uma taxa de juro bem inferior à que



está vigente nestes empréstimos, esta operação pode vir a significar uma poupança muito significativa e deixar muito clara a recuperação do Estado português juntos dos mercados financeiros”, continuou Montenegro.

O deputado social-democrata congratulou-se com o facto de, “fruto de uma gestão financeira diferente, da recuperação da credibilidade”, Portugal ter agora “acesso a mercado pleno, a taxas de juro baixas”.



“Lei de Programação Militar é fundamental para a modernização das Forças Armadas”

“A Lei de Programação Militar é uma lei fundamental para as Forças Armadas no contexto do seu processo de reequipamento e modernização de forma a que estas tenham a capacidade de executar cabalmente as suas missões mesmo num quadro orçamental mais contido”. Foram estas as palavras iniciais de Joaquim Ponte no debate do diploma que aprova a Lei de Programação Militar.

De acordo com o deputado, a Lei de Programação Militar “tem por finalidade a programação do investimento público das Forças Armadas em matéria de armamento e equipamento, com vista à modernização e operacionalização do sistema de forças, concretizado através da edificação das suas capacidades, bem como a programação do investimento a efectuar por conta da receita da alienação de armamento, equipamento e munições. De uma forma sistemática e seguindo uma orientação que revela a existência de um verdadeiro pensamento estratégico para as Forças Armadas e para a Defesa Nacional, o Governo tem vindo a proceder uma reforma estrutural deste sector quer no plano legislativo quer no plano dos conceitos e doutrina, quer ainda no plano da estrutura militar”.

De seguida, Joaquim Ponte recordou que nesta legislatura, e pela primeira vez, foi realizada uma revisão completa e em cascata do quadro legislativo referente à Defesa Nacional e à organização e estrutura das Forças Armadas. “No âmbito da reorganização da macroestrutura da Defesa Nacional e das Forças Armadas, foi levada a cabo a revisão da Lei de Defesa Nacional (LDN) e da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA). No plano da reforma estrutural na Defesa Nacional e das Forças Armadas, foram aprovadas as Leis Orgânicas do Ministério da Defesa Nacional, do EMGFA e dos Ramos, permitindo a estas estruturas funcionar com efectivos ganhos de eficiência e eficácia face aos orçamentos disponíveis. Por outro lado, no âmbito do ciclo de planeamento estratégico de defesa, foram já realizados, concluídos e aprovados os trabalhos de desenvolvimento do Conceito Estratégico Militar (CEM), das Missões das Forças Armadas (MIFA), do Sistema de Forças (SF) e, mais recentemente, do Dispositivo de Forças (DIF). Com



a aprovação destes importantes documentos, foi dado início ao ciclo de Planeamento de Defesa Militar, que estabeleceu a orientação política para o planeamento de defesa para o quadriénio 2014-2018 enunciando as linhas orientadoras para as capacidades a edificar e prioridades associadas, tendo em conta o Sistema de Forças”.

Face ao exposto, Joaquim Ponte afirmou que este projecto de lei procura adequar os recursos financeiros à edificação da componente operacional do sistema de

forças, conciliando os compromissos assumidos com as prioridades para a manutenção e o desenvolvimento de capacidades. Joaquim Ponte declarou estar certo que, agora, no trabalho em especialidade, “sabermos todos contribuir para aperfeiçoar ainda mais esta proposta de Lei. A Defesa Nacional é tradicionalmente uma área de consensos e o PSD espera que também nesta discussão se possa fazer em torno da defesa dos interesses de Portugal e das suas Forças Armadas”.

PSD pede medidas para minorar impacto nos salários de portugueses na Suíça

O PSD pediu ao Governo que avalie, a breve prazo, medidas para minorar o impacto negativo do fim da taxa de câmbio mínima euro/franco suíço sobre os salários dos trabalhadores portugueses na Suíça. Num requerimento dirigido ao ministério dos Negócios Estrangeiros e entregue na Assembleia da República, o deputado social-democrata Carlos Alberto Gonçalves afirma que a decisão do Banco Nacional Suíço, conhecida na semana passada, de suprimir a taxa de câmbio fixa entre o euro e o franco suíço (1,20 euros) “fez com que muito rapidamente o euro desvalorizasse cerca de 17 por cento em relação à moeda helvética”.

Esta alteração, considera o deputado eleito pelo círculo da Europa, “trouxe consequências imediatas para os funcionários do quadro externo do ministério dos Negócios Estrangeiros que exercem funções consulares na Suíça, onde residem e onde são pagos em euros”. “Esta forte desvalorização do euro, para além de implicar uma redução salarial bastante substancial para estes funcionários, deixa todo este pessoal numa situação de grande incerteza relativamente ao seu futuro”, refere no requerimento.

Carlos Gonçalves defende o “devido acompanhamento desta situação”, cujo “carácter excepcional” justifica a necessidade de serem consideradas “eventuais medidas tendo em vista a sua resolução a breve prazo”.

O deputado do PSD questiona o ministério dos Negócios Estrangeiros sobre se está a acompanhar esta situação e se prevê “encontrar alguma solução para ultrapassar esta situação e minorar os efeitos que ela possa vir a ter para os funcionários” portugueses. Numa resposta a questões enviadas pela agência Lusa, fonte oficial do ministério liderado por Rui Machete afirmou esta manhã que o Governo “está a acompanhar com particular atenção a situação decorrente da decisão do Banco Nacional Suíço, divulgada em 15 de Janeiro de 2015, no sentido de abandonar a taxa de câmbio fixa euro-franco suíço, bem como o impacto directo dessa decisão e suas repercussões nas remunerações e abonos de todos os trabalhadores pertencentes aos mapas de pessoal” do ministério dos Negócios Estrangeiros. A mesma fonte adiantou que o ministério “está a analisar todas as opções existentes no plano legal que permitam ir ao encontro das preocupações expressas pelos trabalhadores em funções na Suíça”.

Abertura do espaço aéreo irá dinamizar economia açoriana

Os efeitos da abertura do espaço aéreo dos Açores “podem ser comparados, salvaguardando a dimensão das duas realidades, aos que se registaram Europa com a queda do muro de Berlim”, defendeu o presidente do PSD/Açores. Duarte Freitas, que falava num seminário organizado pelos sociais-democratas açorianos sobre a nova realidade do transporte aéreo nos Açores, lembrou que “são esperados crescimentos muito importantes no sector turístico com um efeito muito positivo quer na criação de emprego, quer na dinamização da actividade económica regional”. “Mais turistas trazem mais receitas, geram mais actividade económica e mais rendimentos”, recordou o presidente do PSD/Açores, manifestando-se convencido que “a par destas alterações, será também possível ter uma nova mentalidade empresarial regional”.

A entrada de novas empresas e o este novo desafio para a SATA “permitem que os empresários dos Açores procurem novos parceiros de negócio, que conheçam novas formas de trabalhar o mercado e que fiquem menos dependentes dos parceiros públicos”, afirmou Duarte Freitas, defendendo que “é também tempo de uma nova atitude nos Açores ao nível da economia e do relacionamento entre empresas e governo regional”.

“Um empresário que tem uma boa ideia tem de procurar ajuda e apoio nas câmaras do comércio e não no governo regional. O seu projecto deve ser analisado tendo por base critérios empresariais e não o interesse do partido que no momento se encontra no poder”, sublinhou.

Aliás, acrescentou Duarte Freitas, “o que tem acontecido nos Açores é que muitas boas ideias de negócio acabam por não dar os resultados pretendidos porque o governo entra no meio do processo e em vez de utilizar critérios empresariais para apoiar as boas ideias, subjuga o empresário aos seus interesses partidários”.



Que resultados obteve o programa “Faial pleno emprego”?



Os deputados do PSD/Açores, eleitos pelo Faial, querem conhecer os resultados efectivos do programa “Faial pleno emprego”, anunciado em Fevereiro de 2012, pelo então secretário Regional da Agricultura, e que visava a criação “de novos empresários agrícolas, de dinâmicas para o empreendedorismo agrícola e o crescimento da produção agrícola regional”. “Afim, que resultados teve o programa “Faial pleno emprego?”, pergunta o social-democrata Luís Garcia, acrescentando que aquela iniciativa, “apresentada há quase três anos”, incluiu “a assinatura de um protocolo que envolvia o Governo Regional, a Câmara Municipal da Horta e a Cooperativa Agrícola da Ilha do Faial”.

“A acção governativa não se pode limitar aos anúncios, devendo também apresentar os resultados dos mesmos, para que possam ser devidamente conhecidos e avaliados. E é isso que solicitamos, em forma de requerimento, ao governo regional”, explica Luís Garcia.

Os deputados do PSD/Açores querem saber “quantos empresários agrícolas foram criados com aquele programa e onde estão localizadas as suas explorações”, assim como aferir “que produtos frescos e de fruticultura tiveram a sua produção aumentada com a iniciativa que, lembre-se, pretendia reforçar a autossuficiência alimentar do Faial”, adiantou.

“Onde decorreu o programa e quantas pessoas participaram no mesmo?”, questiona Luís Garcia, frisando que “os objectivos anunciados passavam pela criação de emprego sustentável no Faial, através da incubação do espírito de iniciativa para o auto-emprego ou para o empreendedorismo. Aliás, o programa ia mais longe, como então dizia a Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade, pois era inédito a nível regional e, se tivesse o sucesso esperado, seria replicado noutras ilhas”.

Número 577 • 18 de Setembro de 1985 • Preço 30\$00



Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: JOSÉ AUGUSTO SEABRA



Com Cavaco Silva

vamos mudar Portugal



Programa
Eleitoral
de Governo

UMA ESTRATÉGIA DE PROGRESSO COM METAS AO NOSSO ALCANCE

Arrancada do Porto com a Social Democracia

A campanha eleitoral do P.S.D. iniciou-se sob o signo da confiança, do optimismo, da esperança na vitória da social-democracia.

Foi o Porto o círculo escolhido para o seu arranque. Assim o Prof. Cavaco Silva quis antes de mais prestar homenagem, como declarou no Comício de abertura, à cidade de onde era natural Sá Carneiro e que tão importante papel desempenhou na génese e no fortalecimento do nosso partido, desde a sua fundação, a ponto de o seu militante número 1 ter um dia afirmado: «O Partido Popular Democrático valoriza acima de tudo o trabalho e valoriza intransigentemente a liberdade. Há-de ser portanto, especialmente o nosso partido, o Partido do Porto».

Mas o lançamento da campanha no Porto foi também o reconhecimento de que, à cabeça de uma região que é hoje o motor da economia nacional, a urbe e o seu interior rural podem e devem ter a consequente expressão política, por ser decisiva a sua contribuição para a concretização da perspectiva

programática que o P.S.D. propõe ao eleitorado, para sair da recessão presente.

Não foi por acaso que, depois de os candidatos do círculo terem publicitado o seu próprio manifesto eleitoral, traduzindo no plano local essa perspectiva, o Programa Eleitoral de Governo do nosso Partido foi igualmente apresentado pelo Prof. Cavaco Silva no Porto, na presença de dirigentes nacionais e distritais, de candidatos a deputados, bem como dos especialistas e técnicos que contribuíram para a sua elaboração.

A culminar uma semana anterior de iniciativas pré-eleitorais do nosso partido, o povo do Porto e a sua juventude tiveram ocasião, no domingo passado, de manifestar a sua adesão às propostas do P.S.D., ao longo da passagem da grande caravana que percorreu parte do distrito: cerca de 250 Km, de Baião a Amarante, Marco de Canaveses, Lixa, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira e Valongo. À noite, os trabalhadores sociais-democratas dos Ser-

viços de Transportes Colectivos do Porto homenagearam Cavaco Silva com um jantar, como prelúdio ao Comício no Pavilhão do Infante de Sagres, onde o numeroso público que o enchia, composto sobretudo de jovens, deu largas ao seu entusiasmo, aplaudindo com calor a intervenção de fundo do líder do partido.

Numa palavra: o Porto cumpriu com brilhantismo a sua missão de criar um clima próprio ao êxito da campanha eleitoral. Esta tem de avançar agora num crescendo, até 6 de Outubro, mobilizando todos os militantes, simpatizantes e amigos do P.S.D. É para a tornar viva, dinâmica e eficaz que temos de trabalhar todos.

Retomar a esperança — eis a nossa divisa. Do Porto, de onde houve nome Portugal, ela ganhará todo o nosso País, todo o nosso Povo.

J.A.S.



Um choque de confiança

Jaime Quesado (*)

A Confiança é a chave central do funcionamento de uma sociedade. Sem confiança, os cidadãos não se mobilizam para o futuro nem as instituições são capazes de protagonizar a sua própria mudança. Nunca tanto como agora a Confiança é vital e também na Economia precisamos de uma "Agenda de Mudança" que mobilize os agentes empresariais e outros para as reestruturações que têm que ser levadas a cabo. Ou seja. Os agentes empresariais, para utilizar a feliz expressão de Ram Charan recentemente entre nós, "têm que reinventar a sua missão, alterar a estrutura de financiamento e projectar novos produtos e serviços para o futuro". Essa mudança é a chave para que a Economia volte a crescer e Sociedade se reencontre com a ambição estratégica do seu próprio futuro.

Esse "Contrato de Confiança" entre o Sistema Financeiro e o Sistema Empresarial não pode de forma alguma assentar unicamente numa definição formal por decreto avalizada pelas Autoridades Centrais – tem que se materializar na operacionalização efectiva de acções concretas no dia-a-dia da actividade económica, centradas na activação dos circuitos em que assenta a cadeia de valor da criação de riqueza e que envolve todos aqueles que conseguem acrescentar uma componente de diferenciação qualitativa na concepção de novos produtos e serviços. As Empresas têm que dar provas concretas de que estão claramente apostadas num projecto estratégico de modernização qualitativa, mas a Banca tem que saber assumir de forma objectiva o seu papel de Parceiro Operacional activo neste projecto colectivo de reinvenção da Economia Portuguesa e da sua capacidade de afirmação internacional.

São sobretudo duas as áreas que exigem uma intervenção sistémica – profunda renovação organizativa e estrutural dos sectores (sobretudo) industriais e aposta integrada na utilização da Inovação como factor de alavancagem de criação de valor de mercado. A mobilização activa dos "actores económicos" numa lógica de pacto estratégico operativo permanente terá que ser uma condição central no sucesso desta nova abordagem, sob pena de intervenções isoladas não conseguirem produzir de facto os efeitos desejados. Este Novo Contrato de Confiança terá que se basear numa lógica de focalização em prioridades claras.

É de facto fundamental que os outros actores do Sistema, com particular incidência para a Banca, assumam as suas responsabilidades. O que está verdadeiramente em causa é a capacidade de o sistema voltar a ganhar capacidade de autofuncionamento em rede. Isso exige Confiança para o Futuro. Impõe-se por isso um Novo Contrato Estratégico na Economia Portuguesa. Uma Nova Agenda Económica ganha assim sinais de prioridade. Será o passo fundamental para fazer reganhar a confiança para o futuro.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada para reunir no próximo dia 09 de Fevereiro de 2015, (segunda-feira) pelas 21h15, na sede, sita na Rua da Liberdade 38A, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação e votação do Relatório de Contas 2014 e Orçamento para 2015
- 3 - Análise da situação política

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Aveiro, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 09 de Fevereiro de 2015 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, nº 177 – 1º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Análise e aprovação do Relatório de Actividades e Contas 2014
- 2 – Análise e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2015
- 3 – Análise da situação política

BOTICAS ALTERAÇÃO DE DATA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Boticas, para reunir no próximo dia 27 de Fevereiro de 2015 (sexta-feira) pelas

18h00, na sede, sita na Av. Sangunhedo, 25, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00

CASTELO DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castelo de Paiva, para reunir no próximo dia 30 de Janeiro de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, nas instalações da Escola Secundária de Castelo de Paiva, sita no Lugar de Gração, - Sobrado, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações e actividades
- 2 - Aprovação do relatório de contas de 2014
- 3 - Apresentação, discussão e aprovação do plano de actividades e orçamento de 2015
- 4 - Análise da situação política e partidária

ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Entroncamento, para reunir no próximo dia 07 de Fevereiro de 2015 (sábado), pelas 15h30, na sede, sita na Rua Almirante Reis, 64, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações.
- 2 – Apresentação e votação do relatório e contas de 2014
- 3 – Apresentação e votação do Plano e orçamento de 2015
- 4 - Análise da situação política local e nacional
- 5 – Outros assuntos

ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Esposende, para reunir no próximo dia 09 de Fevereiro de 2015 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede, sita no Largo Dr. Fonseca Lima, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações.
- 2 – Apreciação e votação do plano de actividades

para 2015

3 – Apreciação e votação do orçamento da CPS para 2015

4 - Análise da situação política local e nacional – Legislativas 2015

5 – Outros assuntos

FELGUEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Felgueiras, para reunir no próximo dia 31 de Janeiro de 2015 (sábado), pelas 17h00 na sede, sita na Rua Luis de Camões, Loja r/c, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Aprovação e votação do relatório de contas de 2014
- 2 – Análise da situação política
- 3 – Outros assuntos

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Guarda, para reunir no próximo dia 18 de Fevereiro de 2015 (quarta-feira), pelas 21h00 no Auditório do Centro Cultural e Social de S. Miguel, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Análise da situação político-partidária
- 2 – Outros assuntos

LAMEGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lamego, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00 no Centro Escolar de Lamego, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Aprovação das contas relativas ao ano de 2014
- 2 – Discussão e aprovação do orçamento de 2015
- 3 - Análise da situação política

MIRANDA DO DOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Miranda do Douro, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro de 2015 (sábado) pelas 16h00, na sede, sita na Rua da Trindade, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estarão abertas das 16h00 às 19h00

MOGADOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Mogadouro, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro de 2015 (sábado) pelas 16h00, no Gabinete da Assembleia Municipal, sito na Casa da Cultura no Largo das Eiras, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção

Mesa da Assembleia de Secção

Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 16h00 às 22h00

MOITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção da Moita, para reunir, no próximo dia 07 de Fevereiro de 2015, (sábado) pelas 15h00, na sede do Centro Náutico Moitense, sito no Largo da Praia, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Aprovação de contas

3 - Análise da situação política

MONDIM DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mondim de Basto, para reunir no próximo dia 07 de Fevereiro de 2015 (sábado), pelas 21h00, no Auditório da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, sita na Av. Dr. Augusto Brito, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Aprovação de contas de 2014

3 - Análise da situação política

NELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Nelas, para reunir no próximo dia 27 de Fevereiro de 2015 (sexta-feira) pelas 19h00, no Pavilhão Multiusos de Nelas, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política Distrital, na sede distrital sita na Rua do Inatel, nº 55 Cave Esq., ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede distrital estará aberta, para o efeito das 21h00 às 24h00.

- As urnas estarão abertas das 19h00 às 22h00

NÚCLEO RESIDENCIAL DE ALFENA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo Residencial de Alfena para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 10 de Fevereiro de 2015, (terça-feira) pelas 21h00, no Centro Cultural de Alfena, sito na Rua de S. Vicente, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações da Comissão Política aos militantes;

2 - Análise da situação política local e nacional;

3 - Outros assuntos de interesse.

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Portalegre, para reunir no próximo dia 06 de Fevereiro de 2015 (sexta-feira), pelas

21h00 na sede distrital, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 17, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Análise da situação política - partidária

SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Comba Dão, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua Gago Coutinho, nº 12 r/c, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

1 - Prestação de contas de 2014

2 - Orçamento e plano de actividades 2015

3 - Análise da situação política

4 - Outros assuntos

SANTOS / BRASIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Santos / Brasil, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro de 2015 (sábado) pelas 14h00, nas instalações da UNEPA, sita na Rua Luiz Gama, 325, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Eleição da Comissão Política e de Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 14h00 às 17h00

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal, para reunir no próximo dia 05 de Fevereiro (quinta-feira), pelas 21h00, na sede da secção, sita na Rua do M. F. A., nº 11, - Amora, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

1 - Informações

2 - Aprovação do Relatório e Contas do ano de 2014

3 - Análise da situação política - partidária.

VALPAÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Valpaços, para reunir no próximo dia 27 de Fevereiro de 2015 (sexta-feira) pelas 18h00, na sede, sita na Av. 25 de Abril, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00

VIEIRA DO MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vieira do Minho, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro de 2015 (sábado) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Joaquim Eugénio Júdice, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção para o biênio 2014/2016.

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00

VILA REAL / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Vila Real, para reunir no próximo dia 27 de Fevereiro 2015 (sexta-feira), pelas 18h00, em todas as sedes das Secções do Distrito, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos Distrital de Vila real

- Eleição da Mesa da Assembleia Distrital

- Eleição da Comissão Política Distrital

- Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital

- Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia

Distrital

- Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira.

Locais de votação das Secções

Alijó - Sede - Rua Cimo da Vila, Lote 5, Loja Esq.

Boticas - Sede - Av. de Sangunhedo, 25

Chaves - Sede - Av. Tenente Valadim, - Ed. Valadim

Mesão Frio - Mercado Municipal, Fracção M, Piso 0

Mondim de Basto - Sede da Junta de Freguesia de

Mondim de Basto - Av. Dr. Augusto Brito

Montalegre - Sede - Praça de França, Edf. Cabrilho,

Loja 3B

Murça - Sede - Praça 5 de Outubro, nº1, Sala 2

Peso da Régua - Sede - Ed. Dos Pombinhos, sala H

Ribeira de Pena - Rua do Picanhol, 3 A

Sabrosa - Biblioteca Municipal - Praça do Município

Santa Marta de Penaguião - Sede - Rua Velha, loja 3

Valpaços - Sede - Av. 25 de Abril

Vila Pouca de Aguiar - Sede - Rua Prof. Mota Pinto,

nº 10

Vila Real - Sede - Rua da Boavista, nº 11

Notas

- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a Sede aberta para o efeito, naquele dia, das 21h30 às 24h00.

- As candidaturas dos Delegados de Secção devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção correspondente, ou a quem estatutariamente o possa substitua, nos mesmos prazos, devendo estar abertas, nos mesmos termos e para os mesmos efeitos, as respectivas sedes.

- As urnas estarão abertas, em cada Secção, das 18h00 às 22h00.



CONSELHO DISTRITAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital de Braga da JSD, para reunir no próximo dia 6 de Fevereiro de 2015, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Vizela, na Rua Joaquim Pinto, n.º 13 - 1.º B, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Análise da situação política;

3 - Outros assuntos.

(A SEGUINTE CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR)

CONSELHO DISTRITAL DE FARO (ALGARVE)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Regional de Faro, para reunir no próximo dia 31 de Janeiro de 2015 (Sábado), pelas 15h00, no Auditório da Junta de Freguesia de Olhão (vulgo, Auditório da Praceta de Agadir), sita na Av. Dr. Francisco

Sá Carneiro, Lote 3, R/C Esq.º, em Olhão, com a se-

quinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política e partidária;
- 3 – Outros.

NOTA IMPORTANTE:

Após o Conselho Distrital, terá lugar um debate com a temática “Economia do Mar e Pescas” com Cristóvão Norte, Deputado à Assembleia da República.

AMARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Concelhia de Amares, para reunirem no próximo dia 27 de Fevereiro de 2015, (Sexta), pelas 21h30m, na Sede do PSD Amares, sita na Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, n.36, Ferreiros-Amares, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD Amares.

Notas:

As urnas estarão abertas das 21h30m às 23h30m.

As listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa da JSD Regional de Braga ou a quem estatutariamente o possa substituir, na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Tomar, para reunir em sessão ordinária no dia 06 de fevereiro de 2015 pelas 21h, na sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação 57-A, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política Actual;
- 3 – Apresentação do Programa de Actividades para 2015;
- 4 – Outros Assuntos.

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, serve a presente para convocar o Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Vila do Conde da JSD a reunir no dia 13 de Fevereiro de 2015, pelas 21:00, na sede concelhia de Vila do Conde do PSD e da JSD, sita na Praça da Republica nº 7 em Vila do Conde, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política local e nacional;
- 3 – Estratégia política para as Eleições Legislativas 2015;
- 4 – Outros assuntos.



NÚCLEOS DE EMPRESA DO DISTRITO DE LISBOA/AML

Convocatória

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes dos TSD dos Núcleos de Empresa do Distrito de Lisboa/AML, abaixo indicados, para a realização das respectivas Assembleias Eleitorais, nos dias, com os horários e locais indicados, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo de Empresa.

O Presidente do Secretariado Distrital

Álvaro de Sousa Carneiro

Eleição dos Secretariados dos Núcleos de Empresa

NÚCLEO DE EMPRESA	Dia da Eleição	Horário funcionamento das urnas	Localização das urnas
ANA	3 de Março	18H00 às 20H00	Sede Distrital dos TSD – Praça S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa
AT – Autoridade Tributária e Aduaneira	3 de Março	18H00 às 20H00	Sede Distrital dos TSD – Praça S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa
Câmara Municipal de Cascais	3 de Março	18H00 às 20H00	Sede Distrital dos TSD – Praça S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa
Câmara Municipal de Lisboa	3 de Março	18H00 às 20H00	Sede Distrital dos TSD – Praça S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa
Carris	3 de Março	18H00 às 20H00	Sede Distrital dos TSD – Praça S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa
CP	3 de Março	18H00 às 20H00	Sede Distrital dos TSD – Praça S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa
CTT	3 de Março	18H00 às 20H00	Sede Distrital dos TSD – Praça S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa
Direcção Geral dos Serviços Prisionais	3 de Março	18H00 às 20H00	Sede Distrital dos TSD – Praça S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa
EDP	3 de Março	18H00 às 20H00	Sede Distrital dos TSD – Praça S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa
IEFP	3 de Março	18H00 às 20H00	Sede Distrital dos TSD – Praça S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa
Metropolitano de Lisboa	3 de Março	18H00 às 20H00	Sede Distrital dos TSD – Praça S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa
Ministério da Saúde	3 de Março	18H00 às 20H00	Sede Distrital dos TSD – Praça S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa
Ministério das Finanças	3 de Março	18H00 às 20H00	Sede Distrital dos TSD – Praça S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa
Portugal Telecom	3 de Março	18H00 às 20H00	Sede Distrital dos TSD – Praça S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa
RTP	3 de Março	18H00 às 20H00	Sede Distrital dos TSD – Praça S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	3 de Março	18H00 às 20H00	Sede Distrital dos TSD – Praça S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa
SBSI	3 de Março	18H00 às 20H00	Sede Distrital dos TSD – Praça S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa
Universidade Lusófona	3 de Março	18H00 às 20H00	Sede Distrital dos TSD – Praça S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa

Nota — Nos termos estatutários e regulamentares as candidaturas terão de observar as disposições seguintes:

- Serem apresentadas por listas completas, contendo o número de efectivos previsto, pelo menos um terço de suplentes;
- Serem propostas por um mínimo de 20 militantes ou 5% do órgão competente para a eleição;
- Serem acompanhadas de declarações de aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou colectivamente;
- Nenhum militante pode integrar mais do que uma candidatura;
- Só poderão ser eleitos os militantes que há data das eleições, estejam inscritos, há pelo menos, 6 meses;
- As listas deverão ser apresentadas ao Secretariado Distrital, na sede do órgão respectivo até 5 dias úteis anteriores à data da eleição;
- Para efeitos do ponto anterior, a respectiva sede deverá encontrar-se aberta até às 22 horas do dia em que expirar o prazo para a apresentação de candidaturas;